

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.615.820 - BA (2019/0334057-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : ABRIL COMUNICACOES S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL
AGRAVANTE : ABRIL COMUNICAÇÕES S.A
ADVOGADOS : ALEXANDRE FIDALGO E OUTRO(S) - SP172650
BRUNO SILVA DE CERQUEIRA - BA028666
ALANE SILVA DE CERQUEIRA - BA040860
AGRAVADO : ALEX SILVA DOS SANTOS
ADVOGADO : JADSON AZEREDO MONTEIRO - BA037079

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (fls. 482/484, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATORIA. RITO ORDINÁRIO. APRESENTAÇÃO DE CONTESTAÇÃO DE FORMA TEMPESTIVA. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. AFASTADA REVELIA. NO MÉRITO PROPRIAMENTE DITO, DIVULGAÇÃO DE IMAGEM DO AUTOR EM REVISTA DA RÉ. AUTORIZAÇÃO SEM LIMITE TEMPORAL E REFERENTE A OUTRA REVISTA. DIVULGAÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL RECONHECIDO. RAZOABILIDADE DO VALOR ARBITRADO (R\$20.000,00 - VINTE MIL REAIS). RECURSO IMPROVIDO.

In casu, conforme Certidão à fl.498, bem como se verifica do DJe nº 1.067, a decisão que julgou a Exceção de Incompetência foi veiculada no DJe do dia 29/10/2013, considerada publicada em 30/10/2013. Com isso, tem-se que o prazo para contestar, em sua integralidade, somente se iniciou em 30/10/2013 e findou-se em 14/11/2013, de modo que, a contestação, apresentada em 13/11/2013, é tempestiva. Afastada revelia.

No mérito propriamente dito, afirmou o autor que, na primeira semana do mês de julho, ao chegar no seu local de trabalho, passou a ser alvo de brincadeiras constrangedoras dos colegas; bem como, passou por enormes constrangimentos na igreja onde congrega, tudo em razão de uma foto sua que foi veiculada na Revista Veja Salvador - Edição Especial, ano 2012, da empresa ré, onde mostra o mesmo jogando capoeira, sem o uso de roupa na parte superior do seu corpo. Que a empresa ré publicou sua foto sem a devida

autorização e sem o seu conhecimento. Que já praticou capoeira, porém, desde o ano de 2002 não mais praticou o referido esporte, devido aos novos princípios religiosos que passou a adotar, como por exemplo, não se sente mais à vontade de andar em locais frequentados por outras pessoas, sem o uso de roupa na parte superior do seu corpo.

Na hipótese, chama-se a atenção para a "AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM DE MAIOR DE 18 ANOS (A TÍTULO GRATUITO)", acostada à fl. 147 dos autos. Primeiro, porque a referida autorização foi direcionada a produtos e serviços editoriais da Revista "Viagem e Turismo", diversa da revista em que restou publicada a imagem do autor/apelado ("Revista Veja Salvador - Edição Especial"); Segundo, porque a referida autorização foi dada "sem limite de tempo", ou seja, em total confronto com a Lei ¹ 9.610/98, que dispõe que o ato de disposição de um direito da personalidade deve ser transitório (por lapso temporal certo) e específico (não pode dispor de toda a personalidade).

De igual modo, não se pode acolher a alegação de que a fotografia da imagem do autor foi usada com fins jornalístico e informativo. Ao revés, infere-se, de logo, seu cunho comercial, fortemente permeada por propaganda e publicidade de produtos e serviços de outras marcas.

Indubitável que, na hipótese, a publicação da imagem do apelado violou direito constitucional personalíssimo, acarretando, assim, o dever da apelante em indenizar o apelado pelos danos morais sofridos, conforme Art. 5º, V e X, da Constituição Federal de 1988.

Quantum da indenização título de dano moral (R\$20.000,00 - vinte mil reais), fixado com bom senso, moderação e prudência, ao passo que também foi levado em consideração os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, conciliados com o caráter punitivo e pedagógico da condenação e os constrangimentos por que passou o ofendido.

RECURSO IMPROVIDO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 499/507, e-STJ).

Nas razões do recurso especial, a parte agravante alega, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 20, 186, 188, I, 927, 884 e 944 do Código Civil.

Afirma, inicialmente, que agiu, ao publicar a fotografia, em exercício

regular de direito, uma vez que o recorrido teria dado autorização, sem limite de tempo, para que sua imagem fosse utilizada pela editora.

Alega que não estão preenchidos os requisitos para a configuração da sua responsabilidade civil. Argumenta não ter praticado ato ilícito ao veicular a matéria jornalística objeto dos autos.

Subsidiariamente, assinala que o valor fixado a título de danos morais é exorbitante, devendo ser reduzido.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 544/553, e-STJ.

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 555/558, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A Súmula nº 568 desta Corte dispõe que “relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema”.

O Tribunal de origem consignou estarem presentes os pressupostos para o reconhecimento da responsabilidade civil da parte ré. Argumentou que a publicação da foto causou constrangimentos ao autor, perante seus colegas de trabalho e os amigos da igreja onde participa dos cultos, especialmente por não mais se sentir confortável em andar em locais muito frequentados, sem o uso de camisa.

Consignou o colegiado, em seguida, que a autorização dada pelo autor foi para uma outra revista, diversa daquela em que a foto foi veiculada. Rejeitou-se, por fim, a alegação de que a imagem teria sido utilizada com fins jornalístico e informativo. A partir da leitura da revista juntada aos autos, a Corte estadual concluiu que a publicação possuía cunho comercial, estando repleta de publicidade de produtos e serviços de outras marcas (fls. 489/490, e-STJ):

Colhe-se dos autos que a imagem do apelado foi divulgada pela apelante na Revista Veja Salvador - Edição Especial. E que, por conta da exposição de sua imagem, passou enormes constrangimentos perante seus colegas de trabalho e perante amigos da igreja onde congrega, principalmente em razão de não mais se sentir confortável em andar em locais bastante frequentados e sem o uso de roupa na parte superior do seu corpo.

Examinando-se os documentos dos autos, que, frise-se, reputo suficientes para o julgamento da demanda, chama-se a atenção para a "AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM DE MAIOR DE 18 ANOS (A TÍTULO GRATUITO)", acostada à fl. 147 dos autos. Primeiro, porque a referida autorização foi direcionada a produtos e serviços editoriais da Revista "Viagem e Turismo", diversa da revista em que restou publicada a imagem do autor/apelado ("Revista Veja Salvador - Edição Especial"): Segundo, porque a referida autorização foi dada "sem limite de tempo", ou seja, em total confronto com a Lei ¹ 9.610/98, que dispõe que o ato de disposição de um direito da personalidade deve ser transitório (por lapso temporal certo) e específico (não pode dispor de toda a personalidade). Corroborando, transcreve-se lição do Prof. Cristiano Chaves de Farias:

(...)

Destarte, entendo que a Autorização acima referida não é apta a respaldar a atitude da ré.

De igual modo, não se pode acolher a alegação de que a fotografia da imagem do autor foi usada com fins jornalístico e informativo. É que, da leitura da revista colacionada nos autos, infere-se, de logo, seu cunho comercial, fortemente permeada por propaganda e publicidade de produtos e serviços de outras marcas.

Pois bem, indubitável que, na hipótese, a publicação da imagem do apelado violou direito constitucional personalíssimo, acarretando, assim, o dever da apelante em indenizar o apelado pelos danos morais sofridos, conforme Art. 5º, V e X, da Constituição Federal de 1988.

Outrossim, estamos diante de danos morais puros, de maneira que os danos estão abrangidos pela própria lesão à personalidade. Ou seja, a prova destes danos limitam-se à comprovação da existência do ato ilícito. Nesse sentido, a SÚMULA 403 DO STJ, verbis:

"Independente de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais."

A revisão das premissas adotadas pelo Tribunal de origem, a fim de concluir pela existência de autorização idônea para publicação da fotografia e pela inexistência do dever de indenizar, como pretendido pela parte recorrente, exigiria o reexame de provas, providência vedada em recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

Ressalto, ademais, que a Corte estadual decidiu em conformidade com a jurisprudência deste Tribunal, consolidada pelo enunciado de Súmula nº 403/STJ, que dispõe que “independe de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais”.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DIREITO À IMAGEM. AUTORA FOTOGRAFADA SEM O DEVIDO CONSENTIMENTO. PRÁTICA DE TOPLESS. PUBLICAÇÃO DA FOTO EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO. DANO MORAL IN RE IPSA. AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO. SÚMULA Nº 7 DO STJ. VALOR DA CONDENAÇÃO. REVISÃO. CRITÉRIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. JUROS DE MORA. MANUTENÇÃO.

1. A Corte de origem, soberana na análise do acervo fático-probatório constante nos autos, assentou que as fotografias publicadas pela recorrente não se preocuparam em retratar a paisagem praiana, mas objetivaram, sem o devido consentimento, expor a imagem pessoal da recorrida, em fotos sequenciais com os seios descobertos. A revisão desse entendimento encontra óbice na Súmula nº 7 do STJ.

2. A simples veiculação de imagem, sem a devida autorização, configura elemento suficiente para a caracterização do dano moral indenizável, notadamente ante o caráter in re ipsa que o permeia.

(Súmula nº 403 do STJ)

3. A Corte de origem, amparada na análise do acervo fático-probatório constante nos autos, apontou a ausência de consentimento para a obtenção de imagens da recorrida, bem como várias vicissitudes de ordem moral para concluir pela cristalização do dano na espécie, situações que não podem ser revistas, ante o óbice previsto na Súmula nº 7 do STJ.

4. O Superior Tribunal de Justiça firmou orientação no sentido de que somente é admissível o exame do valor fixado a título de danos morais em hipóteses excepcionais, quando for verificada a exorbitância ou o caráter irrisório da importância arbitrada, em flagrante ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

5. No julgamento do Recurso Especial n. 1.132.866/SP, este Tribunal

Superior afastou a tese de que os juros de mora deveriam incidir somente a partir do arbitramento nas hipóteses de responsabilidade civil extracontratual

(REsp 1.132.866/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Rel. p/ Acórdão Ministro SIDNEI BENETI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 23/11/2011, DJe 3/9/2012).

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1279361/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 17/5/2018, DJe 22/5/2018)

Incidente o óbice da Súmula 83/STJ, aplicável ao recurso especial interposto com base nas alíneas “a” e “c” do inciso III do art. 105 da Constituição Federal.

A compensação por danos morais foi fixada em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), como se depreende da leitura dos seguintes excertos do acórdão recorrido (fls. 490/491, e-STJ):

No que tange ao valor da indenização a título de dano moral (R\$20.000,00 - vinte mil reais), o referido quantum corresponde a um justo valor de indenização pelo dano moral, tendo sido pautado pelo bom senso, moderação e prudência, ao passo que também foi levado em consideração os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, conciliados com o caráter punitivo e pedagógico da condenação e os constrangimentos por que passou o ofendido.

Outrossim, a condenação na reparação por danos morais não é só de natureza compensatória, mas também atua como forma de prevenir futuras repetições do ato ilícito, perfazendo aí o duplo sentido da indenização, quais sejam o de compensar o ofendido e desestimular o ofensor.

Ressalto não prosperar a pretensão de redução do valor dos danos morais.

Com efeito, de acordo com a jurisprudência do STJ, em regra, não cabe, em recurso especial, a revisão do montante dessa espécie de compensação, por conta do óbice da Súmula 7/STJ, que veda o reexame de provas. Apenas em casos excepcionais, quando identificada a estipulação de valores exagerados ou irrisórios, incompatíveis com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, é possível tal revisão.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANO MORAL. PEDIDO DE REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. REVISÃO QUE SE ADMITE TÃO SOMENTE NOS CASOS EM QUE O VALOR SE APRESENTAR IRRISÓRIO OU EXORBITANTE. PRECEDENTES. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. O entendimento deste Sodalício é pacífico no sentido de que o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias a título de indenização por danos morais pode ser revisto tão somente nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade, o que não se evidencia no caso em tela. Isso, porque o valor da indenização por danos morais, arbitrado em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), nem é exorbitante nem desproporcional às peculiaridades do caso concreto, em que o dano moral decorreu da inscrição indevida do nome da parte ora agravada em cadastro de inadimplentes.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp n. 681.942/SC, Relator o Ministro Raul Araújo, DJe de 15/9/2015).

No caso, em que a compensação foi fixada em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), entendo bem observados os padrões de razoabilidade e proporcionalidade, não se configurando situação cuja excepcionalidade justifique a intervenção do STJ.

Cumprе registrar que os recursos interpostos com fundamento no art. 105, III, alínea "c", da Constituição Federal, atraem, regularmente, a incidência da Súmula 7/STJ quando necessário examinar o contexto fático-probatório dos autos, senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

1. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.

2. Quanto à interposição pela alínea "c", este Tribunal tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7 desta Corte

Superior Tribunal de Justiça

impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa.

3. Agravo não provido.

(AgRg no AREsp 494.763/RS, Relatora a Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 7/8/2014, DJe 18/8/2014)

Em face do exposto, não havendo o que reformar, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se

Brasília (DF), 18 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora